
**JUVENTUDES NA ESCOLA:
ENTRE NORMAL(T)IZAÇÕES E DISSIDÊNCIAS IDENTITÁRIAS DE GÊNERO E DE
SEXUALIDADE**

**YOUTHS IN SCHOOL:
BETWEEN NORMAL(T)IZATIONS AND IDENTITY DISSIDENCE OF GENDER AND SEXUALITY**

**JUVENTUDES EN LA ESCUELA:
ENTRE LAS NORMALIZACIONES Y LAS DISIDENCIAS IDENTITARIAS DE GÉNERO Y
SEXUALIDAD**

Ivan Amaro – UERJ/UNIRIO¹

RESUMO

Os ataques às mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+ ganham proporções abissais em tempos de avanços da extrema direita no mundo e no Brasil. As ofensivas anti-gênero nos levam a refletir sobre como os jovens e adolescentes no ensino médio percebem seus corpos no ambiente escolar. Neste sentido, problematizamos os modos como estes corpos performatizam seus gêneros, se posicionam a respeito deles e como se conformam (ou não) às normal(t)izações impostas pela cisheteronorma. A cartografia é o eixo teórico-metodológico da investigação. Realizamos oficinas e conversas para costurar os fios em uma tessitura de reflexões com jovens, compreendendo como performatizam/produzem suas identidades de gênero. Alguns achados indicam que os jovens percebem seus corpos em contexto de desigualdades e da estigmatização, de racialização, de pressão à cisheteronorma e de resistência em suas corporalidades. As resistências apontam para um maior empoderamento dos corpos dissidentes da cisheteronorma, constituindo um ambiente mais respeitoso. As vozes potentes dos jovens são basilares no protagonismo para construir uma escola acolhedora, democrática, não-sexista e não-lgbtífóbica. Reconhece-se que os corpos são racializados.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes e adolescências. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

Attacks on women and the LGBTQIAPN+ community gain abysmal proportions in times of advances by the extreme right in the world and in Brazil. The anti-gender offensives lead us to reflect on how young people and adolescents in high school perceive their bodies in the school environment. In this sense, we problematize the ways in which these bodies perform their genders, position themselves in relation to them and how they conform (or not) to the normalizations imposed by the cisheteronorm. Cartography is the theoretical-methodological axis of the investigation. We held workshops and conversations to sew the threads into a weave of reflections with young people, understanding how they performatize/produce their gender identities. Some findings indicate that young people perceive their bodies in a context of inequalities and stigmatization, racialization, pressure to the cisheteronorm and resistance in their corporalities. The resistances point to a greater empowerment of the dissident bodies of the cisheteronorm, constituting a more respectful environment. The powerful voices of young people are fundamental in the protagonism to build a welcoming, democratic, non-sexist and non-LGBTIphobic school. It is recognized that bodies are racialized.

Submetido em: 14/04/2025 – **Aceito em:** 29/10/2025 – **Publicado em:** 20/12/2025

1

KEYWORDS: Youths and Adolescents. Gender. Sexuality.

RESUMEN

Los ataques a las mujeres y a la comunidad LGBTQIAPN+ adquieren proporciones abismales en tiempos de avances de la extrema derecha en el mundo y en Brasil. Las ofensivas antigénero nos llevan a reflexionar sobre cómo los jóvenes y adolescentes de secundaria perciben sus cuerpos en el entorno escolar. En este sentido, problematizamos las formas en que estos cuerpos realizan sus géneros, se posicionan en relación con ellos y cómo se ajustan (o no) a las normalizaciones impuestas por la cisheteronorma. La cartografía es el eje teórico-metodológico de la investigación. Realizamos talleres y conversaciones para coser los hilos en un tejido de reflexiones con los jóvenes, entendiendo cómo performatizan/producen sus identidades de género. Algunos hallazgos indican que los jóvenes perciben sus cuerpos en un contexto de desigualdades y estigmatización, racialización, presión a la cisheteronorma y resistencia en sus corporalidades. Las resistencias apuntan a un mayor empoderamiento de los cuerpos disidentes del cisheteronorm, constituyendo un entorno más respetuoso. Las voces poderosas de los jóvenes son fundamentales en el protagonismo para construir una escuela acogedora, democrática, no sexista y no LGBT. Se reconoce que los cuerpos están racializados.

PALABRAS CLAVE: Jóvenes y Adolescentes. Género. Sexualidad.

GUINADA À DIREITA? OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM CURSO

O retorno de Donald Trump à Casa Branca, neste ano de 2025, tem provocado um verdadeiro pandemônio no mundo. Nos primeiros dias, assinou um conjunto de medidas incluindo a extinção de políticas afirmativas de igualdade e diversidade no serviço público federal. Além de ataque frontal aos imigrantes, Trump avança sobre os Direitos Humanos mais amplos, como, direito das mulheres, direito de pessoas negras, direito de pessoas LGBTQIAPN⁺ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Pansexuais, Não-Binários e demais identidades). São momentos de grandes retrocessos nos direitos conquistados desde a retomada da democracia em fins dos anos 1980, especialmente, em relação às questões de gênero e sexualidades, pautas históricas do movimento feminista e LGBTQIAPN⁺.

No Brasil, os ataques não param e seguem a cartilha trumpista conservadora. Em 2024, o pastor evangélico filiado ao PL/RJ (Partido Liberal, Rio de Janeiro), Sóstenes Cavalcante, apresentou o Projeto de Lei nº 1.904/2024 (Brasil, 2024) que prevê a alteração do Código Penal Brasileiro para equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, em todos os casos. Não houve amplo debate e manifestações se desencadearam por todo o Brasil e, mais intensivamente, nas redes sociais. Desencadearam-se, a partir daí, movimentos de protesto contra a aprovação deste PL.

Os movimentos antigénero não são uma exclusividade nacional, representam articulações conservadoras contra as pautas feministas. Uma crescente visibilidade dos discursos de ódio, misóginos, machistas, lgbtfóbicos e racistas ganha espaço significativo, principalmente, por meio da influência das *big techs*ⁱⁱ e suas redes sociais que funcionam livremente gerando um

cenário mundial contemporâneo de maiores tensões, embates, disputas e conflitos. Tais discursos têm como alvos preferenciais todos os sujeitos que vem reivindicando direitos: mulheres, indígenas, quilombolas, imigrantes, comunidade LGBTQIAPN+.

Na escola, as violências não são diferentes. Há uma intensificação da violência em seu interior que vitimiza crianças, adolescentes e jovens. Nesta perspectiva, este artigo procura refletir sobre os modos como os movimentos antigênero influenciam as escolas, identificando de que forma os corpos LGBTQIAPN+ enfrentam essas ofensivas normal(t)izadoras cisheteronormativas. O foco das análises se dá a partir de pesquisa que se realiza em uma escola de Ensino Médio num município da Baixada Fluminense. Inicialmente, de forma breve, apresentam-se alguns destes movimentos antigênero e seus efeitos diretos na escola. Seguem-se a configuração teórico-metodológica orientadora da investigação e a apresentação dos achados e respectivas análises, localizando de que forma jovens e adolescentes percebem seus corpos e como se (in)conformam com as normas impostas. Busca-se compreender os modos de resistência e, portanto, apontar para estratégias de enfrentamento às violências diversas sobre corpos das mulheres e sobre corpos LGBTQIAPN+ tornando a escola um lugar de respeito às diferenças e acolhedor para que adolescentes e jovens se desenvolvam integralmente em suas subjetividades.

Traçados de um cenário em disputas: ataques aos direitos humanos e violências crescentes

Tomando o contexto marcado pela precariedade das vidas humanas, das subjetividades juvenis e das disputas narrativas, faz-se necessário pontuar, brevemente, algumas situações que envolvem atualmente as questões de gênero e sexualidade no Brasil. Interessa-nos, aqui, apresentar como as ofensivas antigênero incidem no cotidiano da escola, gerando, assim, um ambiente de desrespeito aos direitos humanos e de intensificação de violências contra mulheres e pessoas que dissidem das normas cisheteronormativas.

Estas ofensivas tentam reforçar estruturas cisheteronormativas que combatem a pauta histórica dos movimentos feministas (Heiborn, Sorj, 1999), excluem e marginalizam corpos dissidentes, portanto, sujeitos LGBTQIAPN+ (Seffner, 2017). No entanto, é precisamente nesses contextos adversos que os corpos LGBTQIAPN+ emergem como agentes de transformação e desobediência desafiando as normas estabelecidas através da performatividade desviante.

Desde a redemocratização, relevantes lutas têm se constituído para garantir direitos. Desde antes do movimento das “Diretas Já”ⁱⁱⁱ, houve uma grande movimentação para o resgate da democracia e para a defesa dos auspícios democráticos no Brasil. Claudia Vianna (2018) afirma que havia todo um cenário caracterizado pela “revitalização dos movimentos sociais,

mobilizações populares, associações sindicais” que apontava para uma reivindicação de grupos organizados por ampliação dos espaços democráticos. Infelizmente, em tempos mais recentes, o fantasma do autoritarismo tem rondado a frágil democracia brasileira que tem sofrido ataques subsequentes e que ganharam um delineado mais substancial a partir das eleições presidenciais e da eleição de alguns governos estaduais em 2018 e que se acirraram nas eleições de 2022.

Em 08 de janeiro de 2023, mais um dia infeliz de nossa história, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, depredaram o patrimônio público na tentativa de impetrar um golpe de estado. Amparados num espectro mundial de avanço de ideias conservadoras, os golpistas se enredaram num invólucro discursivo de hegemonizar políticas de destruição dos direitos humanos e da democracia (Levitsky & Ziblatt, 2018). Inequivocamente, nos apercebemos de uma triste constatação: “o ódio à democracia não é novidade. É tão velho quanto a democracia, e por uma razão muito simples: a própria palavra é a expressão de um ódio” (Rancière, 2014, p. 8). É preciso estarmos sempre atentos, pois os vorazes dentes do fascismo e do nazismo encontram-se à espreita.

As ofensivas antigênero dirigem-se, principalmente, aos direitos daquela(e)s^{iv} que não se encaixam no padrão da heterossexualidade estrutural: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Não-Binários, Intersexuais. Tais ofensivas são desferidas, majoritariamente, por homens ricos, brancos, heterossexuais e cisgêneros, que “lutam para manter seus privilégios, em nome da moral, dos valores, dos costumes e da família tradicional” (Carvalho; Pocahy; Santos, 2017, p. 756). Judith Butler (2024) afirma que a ideologia antigênero não se configura apenas como uma reação aos movimentos progressistas, mas

é impulsionada por um desejo mais forte, qual seja, a restauração de uma sonhada ordem patriarcal em que um pai é um pai; uma identidade sexuada nunca muda; as mulheres, consideradas ‘mulheres desde o nascimento’, retomam suas posições naturais e ‘morais’ dentro do lar; e a população branca detém uma supremacia racial incontestada. O projeto, no entanto, é frágil, uma vez que a ordem patriarcal que ele procura restaurar nunca existiu da forma que se busca efetivar no presente. (Butler, 2024, p. 20)

Dessa forma, trata-se de um projeto global que têm como foco, também, a escola e impõem a nós, educadora(e)s e pesquisadora(e)s^v, a necessidade de consolidar práticas de resistências e de enfrentamento às violências alardeadas por tais discursos.

Mesmo de forma desigual, as políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+, têm avançado no país. Tais avanços, de modo geral, foram implantados e implementados não sem disputas acirradas e reações dos movimentos conservadores. Desde o início da década dos anos 2000, os ataques antigênero^{vi} vêm se intensificando por meio de diversas estratégias tanto por grupos conservadores religiosos quanto por atores políticos que, ideologicamente, se contrapõem aos direitos das mulheres, LGBTQIAPN+, e de sujeitos de outros movimentos

sociais. Os movimentos políticos, de caráter religioso e conservador, têm intensificado sua ofensiva contrária com o objetivo de enfraquecer, se não reverter os avanços conquistados no reconhecimento e garantia de direitos, principalmente, em relação à equidade de gênero e aos direitos sexuais reprodutivos. Tais estratégias envolvem, também, a contraposição insistente acerca da inserção dessas temáticas nas práticas escolares. Dessa forma, é de fundamental relevância que sejam construídas estratégias “capazes de minar os pilares que sustentam crenças e valores pessoais ainda muito balizados no (entre)cruzamento da religião com o agir político” (Teixeira; Couto Junior, 2021, p. 212).

Os ataques conservadores definiram como principais vítimas, além das mulheres, principalmente, as pessoas que não se encaixam no padrão da heterossexualidade estrutural. No protagonismo destes ataques, se colocam, majoritariamente, homens brancos, heterossexuais cisgêneros e que defendem seus privilégios e a manutenção da estrutura moral cristã de família tradicional. Tais ofensivas, interdições, censura e regulação fere diretamente os princípios de uma sociedade democrática e atingem, também, o cotidiano escolar. Desta forma, nos impõe a tarefa de produzir e fazer produzir práticas de resistências em defesa destes direitos e de sua ampliação no sentido de corrigir desigualdades e violências históricas contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Flávia Biroli, Luciana Tatagiba e Débora Françolim Quintela (2024) traçam um mapa das reações conservadoras assumidas como diretrizes políticas no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Elas afirmam que um “contramovimento antifeminista” assumiu a gestão do país “ocupando cargos em um governo de coalizão convergente, isto é, uma aliança governista heterogênea, que não inclui grupos orientados para a promoção da igualdade de gênero” (2024, p. 1). A investigação recaiu sobre a atuação de militantes conservadores e os efeitos desta atuação no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH); Ministério da Saúde (MS) e no Ministério da Educação (MEC). Os achados indicam o protagonismo de atores conservadores evangélicos e católicos, aliados em ações para “bloquear agendas feministas e propor políticas que afirmam a ordem familiar tradicional” (2024, p. 1). O governo Bolsonaro ocupou o Estado assumindo publicamente uma posição militante e bélica em relação às causas feministas, excluindo atores do movimento feminista dos processos políticos, bem como proferiu ataques à comunidade LGBTQIAPN+, inviabilizando a ampla participação na produção das políticas públicas em prol de direitos.

Em 2023, uma das primeiras decisões do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, foi assinar o Decreto 11.370/2023 (Brasil, 2023), revogando o Decreto nº 10.502/2020 (Brasil, 2020) que extinguiu a SECADI no início do Governo Bolsonaro, em 2019. Assina, na sequência, o Decreto nº 11.342/2023 (2023), estabelecendo a nova estrutura do MEC, recriando, assim, a SECADI. Com isso, as políticas públicas de educação produzidas,

principalmente, a partir da redemocratização, é essencial salientar que “novos sujeitos” adentram a escola pública, em específico, os sujeitos oriundos das classes populares, “uma vez que são eles que constituem fundamentalmente a escola pública e vêm sendo historicamente excluídos da educação escolar” (Esteban, 2007, p. 10).

Diante desse contexto de disputas e reações, compreendemos que as funções da escola pública no Brasil, conforme afirma Teresa Esteban (2007) passam pelo reconhecimento de que ela necessita estar articulada às demandas e interesses das classes populares, da população em geral e das dinâmicas que envolvem os seus cotidianos. Assim, atuar na escola pública exige dialogar constantemente com os sujeitos que habitam as margens sociais e passam a compor o cenário escolar como consequência da democratização do acesso.

Enfrentamentos e resistências no cotidiano de uma escola de Ensino Médio: saberes-fazer no enfrentamento das violências contra pessoas LGBTI+

Numa direção de enfrentamento às pautas conservadoras, busca-se a construção de propostas pedagógicas alinhadas aos princípios democráticos que respeitem a diversidade, enfrente as violências diversas e considere jovens e adolescentes como sujeitos de direitos. Em tempos de ataques conservadores de toda ordem, é crucial atuar nos espaços de fuga, nas brechas, nas fissuras, para intensificar e promover a discussão de gênero e de sexualidades nos cotidianos escolares. Ao tratar destas temáticas, é possível contribuir para a formação de sujeitos cidadãos mais solidários, mais respeitosos, menos preconceituosos e que, sobretudo, que reconheçam e legitimem a multiplicidade de formas de ser/existir. Para Louro (2014, p. 47), é “no interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, que são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades”. Dessa forma, a luta por respeito de sermos quem somos ou queremos ser exige estratégias outras no reconhecimento das violações a que estamos submetida(o)s e de como podemos enfrentar tais violações.

Por se tratar de pesquisa desenvolvida em uma Ensino Médio, é precípuo acionar uma concepção atualizada de juventude. Não entendemos o “ser jovem” constituído numa visão apenas biológica que aponta para uma transição entre a infância e a vida adulta. As noções de juventude são polissêmicas e precisam ser pensadas a partir de sua complexidade histórica, social e cultural, conforme aponta José Machado Pais (1993). Juarez Dayrell (2003) afirma que a juventude se constitui de acordo com

a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias,

identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (Dayrell, 2003, p.42)

Assim, a visão de juventude não mais se sustenta em inflexíveis critérios que a coloca como uma etapa com determinada finalidade ou como um tempo entre a infância e o preparo para a vida adulta. Mesmo compreendendo que há um demarcador biológico que caracteriza o início da juventude (mudanças hormonais, corporais, capacidade de procriar, sentimento de maior autonomia, inseguranças psicológicas, assunção de responsabilidades, busca pela independência), compreende-se que as juventudes são construídas em processos não-lineares e subsequentes. Não se trata de um tempo que se interpõe entre a infância e a vida adulta, simplesmente. As juventudes são produções históricas e culturais.

Juarez Dayrell e Paulo Carrano (2014) reconhecem que não é tarefa fácil definir o que é a juventude. Para eles, apesar das diversas visões por parte da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia, adolescência e juventude constituem um mesmo conceito, dentre outros motivos, também por uma razão política: compreendê-los como **sujeitos de direitos**.

No Brasil, os jovens, ainda que reconhecidos como sujeitos de direitos na legislação, sofrem com a insuficiência de políticas públicas que garantam a eles, de fato, a plena cidadania. Nesse âmbito, reiterar a noção de juventude nas pesquisas e nas ações públicas é uma forma de dar visibilidade às questões, demandas e necessidades dos jovens, entendidos de uma forma mais ampla. (Dayrell, Carrano, 2014, p. 109)

No contexto brasileiro, além de diversas outras violências que envolvem a escola, aquela que acontece no interior da escola tem avançado nos últimos anos. Conforme dados do Disque 100, em 2024, houve um aumento de 18,35% no número de denúncias em relação ao período de janeiro a novembro de 2023. Foram registradas, aproximadamente, 90.000 violações relacionadas a negligência, tortura psíquica, constrangimento, maus tratos, ameaça ou coação agressão física ou bullying. Conforme Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro^{vii} (2025), 9 em cada 10 estudantes adolescentes e jovens LGBTQIAPN+ afirmaram ter sido vítimas de algum tipo de agressão verbal em 2024.

As motivações de medo e luto se consubstanciam à medida em que nos percebemos violados e de que outros corpos podem também ser violados (Butler, 2019). Há um conjunto de meios diversos que instauram o cenário de vulnerabilidades e de violência. Para ela, se nosso interesse em deter os diversos ciclos de violências a que os corpos dissidentes são jogados para produzirmos resultados menos violentos, é fundamental que nos questionemos “o que pode ser feito como política de luto além de uma guerra.” (Butler, 2019, p. 10).

O panorama apresentado acima mostra o triste cenário social vivenciado atualmente nas disputas políticas no Brasil. Tal cenário se constitui como o pano de fundo de uma pesquisa vinculada a dois Programas de Pós-Graduação em Educação e financiada pela Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) (2023)^{viii}. Nosso escopo de análise sustenta-se na apreensão dos cotidianos de precariedade em que jovens e adolescentes do Ensino Médio se inserem, nos modos de produção de suas subjetividades e no tensionamento entre ofensivas antigênero e as dissidências da cisheteronormatividade. Este artigo aborda como problema central os modos como a escola enfrenta os ataques e violências aos diferentes modos de ser/existir a partir de corporalidades juvenis em movimentos desviantes e que apresentam identidades plurais. Compartilhamos os achados provisórios de pesquisa em andamento em uma escola pública de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. A investigação se constitui num movimento cartográfico em articulação com Projeto de Extensão desenvolvido ao longo do ano de 2024.

A escola entrou em contato apontando uma demanda para desenvolver algumas oficinas com os jovens e adolescentes do Ensino Médio. A justificativa se pautou na complexidade vivida cotidianamente por corpos dissidentes e que não atendem às normas cisheteronormativas. Assim, a parceria com a escola nasce desta necessidade e da vontade de enfrentar as violências de gênero e a LGBTfobia (Amaro, Silva e Matos, 2022). Constituiu-se, assim, um coletivo de 20 alunos/alunas do 2º e do 3º anos do Ensino Médio e desenvolvemos quatro “Oficinas”, entre abril e novembro de 2024. As oficinas significaram um *espaçotempo* essencial para a construção e consolidação de práticas antilgbtfóbicas na escola, se tornando, também, num lugar de fala e de escuta dos jovens e adolescentes, buscando compreender quais as táticas (Certeau, 2008) e como as utilizam no processo de produção e afirmação de suas subjetividades.

Os pressupostos teórico-metodológicos fundamentam-se, sobremaneira, no diálogo com o campo de estudos de gênero e sexualidade sob uma perspectiva pós-crítica como condutores do nosso *pensarfazer* (Amaro, Silva e Matos, 2022) científico. Isso representa questionar constantemente a trajetória *teóricometodológica* a trilhar e seu constante movimento de desconstrução e reconstrução. Assumimos, aqui, os pressupostos e premissas de “bricolagens metodológicas” de se *pensarfazer* pesquisa com os cotidianos, sem, no entanto, cair em armadilhas da superficialidade epistêmica e científica, conforme contribuição de Marlucy Paraíso (2012, p. 33). Entendemos que o ato de bricolar permite-nos inventar outros territórios. É, portanto, um ato político-epistêmico de desterritorialização e de descolonização dos cânones clássicos, o que exige diferentes deslocamentos, desestabilizações e desconstruções que são preconizadas pelas teorias pós-críticas.

As ofensivas conservadoras que tratamos anteriormente, sob o manto de defesa da família, pretendem manter a “escola no armário” e “amordaçar professora(s)”. O campo das políticas públicas educacionais é também *espaçotempo* de disputas e, portanto, de paradoxos em seus processos de implementação que não são simplesmente determinativos dos fazeres cotidianos escolares. Ademais, as políticas também são atuadas de modo ressignificado pelos sujeitos nos

cotidianos da realidade social, o que pode provocar mudanças nas políticas pensadas e elaboradas nas instâncias maiores. Logo, identificamos que os ataques promovem também espaços de resistência e podem nos ajudar a implementar ações de combate ao preconceito, à discriminação e à violência em relação às diversas manifestações de gênero e de orientação sexual (Amaro, 2017). Com isso, precisamos identificar e desvendar *pensaresfazeres* que se desencadeiam nestas brechas, nestas fissuras, nestas microestruturas de fuga.

A “conversa” (Ribeiro, Souza e Sanches, 2018) foi nosso procedimento fundamental de pesquisa. Nas Oficinas, as conversas são fontes relevantes de conhecimento, pois colocam em processo enunciados dos jovens e adolescentes, com modos próprios de ver e analisar determinados fatos do cotidiano. Os achados de pesquisa² focalizam problemas das corporalidades juvenis, considerando de que modo as suas configurações de gênero, atravessadas com outros marcadores sociais (raça, classe, etc) atuam no ambiente escolar, confrontando ou conformando as normal(t)izações impostas pela cisheteronorma, bem como identificando estratégias de resistência. Alguns questionamentos têm guiado a pesquisa: (1) Como jovens e adolescentes percebem suas corporalidades no espaços social e na escola? (2) De que modos os corpos adolescentes e jovens performatizam seus gêneros e se posicionam a respeito deles? (3) Como os corpos adolescentes e jovens se conformam (ou não) às normal(t)izações impostas pela cisheteronorma?

Como orientador teórico-metodológico, a cartografia foi orientadora relevante. Ela opera no imprevisível e não se prende a determinismos. Não se consubstancia a partir de uma visão tomada, a priori, foi como fundante na constituição do sujeito. Entende que as subjetividades se constituem em processos não lineares e engessados dicotomicamente. É, antes, uma possibilidade metodológico que opera sob uma ótica de que a realidade não advém de uma concepção ontológica estática do sujeito e nem do espaço, não pensadas dualmente e nem se fundem e um só (Storino, Amaro, 2025). A cartografia argumenta que os corpos habitam os territórios diversos abdicando de uma metafísica dual entre sujeito e objeto, entre espaço e quem o habita. Os sujeitos habitam-no produzindo, tateando nos espaços ao mesmo tempo em que produzem a si mesmos e produzem-se por meio deles como afirmam Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) e Suely Rolnik, (1989). Dessa forma, a pesquisa objetiva cartografar os modos e processos como adolescentes e jovens autopercebem seus corpos nas intersecções entre gênero, raça e sexualidade, expressando corpos dissidentes da cisheteronorma no território em que habitam, qual seja, a escola!

² Constitui pesquisa guarda-chuva na qual se vinculam outras pesquisas (Iniciação à Científica, Mestrado e Doutorado) e conta com financiamento da FAPERJ.

Se uma das premissas da cartografia é o acompanhamento de processos (Barros, Kastrup, 2014), produzir as informações para a pesquisa acontece no encontro entre pesquisadores e participantes compreendendo que já há processos em curso e que afetam todos, mutuamente. Na cartografia, não “coletamos dados”. Produzimos informações coletivamente por meio de pistas, estratégias e procedimentos encarnados em dispositivos que desempenham funções importantes na produção do conjunto de dados para as análises (Kastrup, Barros, 2014) Neste sentido, em parceria com alunos, alunas, alunes e docentes da escola, definimos a realização de “Rodas de conversas e Oficinas” foram os dispositivos essenciais.

A participação contou, inicialmente, com vinte (20) jovens e adolescentes entre 15 e 19 anos, sendo acrescentada na segunda oficina um quantitativo de mais 8 participantes. Os participantes se autoidentificaram, voluntariamente, abordando principalmente sua *identidade de gênero* e pela *orientação sexual*. Em relação à identidade de gênero, 20 participantes autoidentificaram-se como Mulheres, 1 participante como Não-Binária, 1 participante como Gênero Fluido e 8 participantes autoidentificados como Homens. Em relação à orientação sexual, 16 como heterossexuais, 3 como Homens Gays, 3 como Mulheres Lésbicas, 2 Mulheres Bissexuais e 4 não fizeram menção sobre sua orientação. Apenas 3 autoidentificaram-se como pessoas negras. Além disso, pedimos que escolhessem um nome fictício que gostariam de ser identificados/as na pesquisa. Assim, os nomes aqui indicados são de escolha dos/das participantes. Os participantes maiores assinaram o Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TLCE) e os pais e/ou responsáveis assinaram pelos participantes menores, autorizando, assim, a participação dos mesmos.

As conversas, também como um dispositivo de produção de dados, trataram de feminilidades, masculinidades, machismo, racismo, hetero/homossexualidade, violência de gênero, homofobia, transgeneridade. Buscou-se ressaltar os modos como os corpos femininos, masculinos, transgêneros, não-binários estão presentes na escola. Nas análises, emergiram os seguintes eixos: (1) *Desigualdade e Estigmatização dos Corpos*; (2) *Pressão ao Alinhamento ao Padrão CisHeteronormativo*; e (3) *Corpo como Território Político de Resistência*.

Não percepção dos jovens, **as desigualdades e a estigmatização de seus corpos** passam por dois aspectos predominantes: na **altivez e confiança dos corpos masculinos**, pois performatizam seu gênero (Butler, 2013) associados a uma perspectiva pautada na estrutura machista e na **racialização dos corpos**.

“Alguns meninos se acham. Tratam a gente como objeto e são super homofóbicos”
(Patrícia, 16 anos)

“Aqui na escola, tem muitos garotos bem machistinhas. Acham que as meninas são propriedade deles e que podem mandar no corpo delas.” (July, 18 anos)

“As meninas quando começam a ficar com um cara, mudam completamente. Não conversam mais com a gente, parecem submissas!” (Diego, 15 anos)

“Eu sofro mais homofobia dos meninos porque acham que sou muito mulherzinha”
(Biu, 17 anos)

“Eu sempre que saio à noite, já fico com medo da polícia. Já fui abordado umas quatro vezes só porque sou preto. Acham que sou bandido.” **(Pedro, 19 anos)**

“Evito sair sozinha porque sempre tem um cara que solta uma piadinha sobre minha bunda. Aqui na escola, os meninos querem namorar as brancas, com as negras, só querem ‘ficar’. **(Nélia, 18 anos)**

Assim, os corpos másculos são valorizados dentro de uma lógica machista de sociedade que encarcera os modos de existir numa relação de poder (Foucault, 2012). Além disso, os jovens e adolescentes sentem seus corpos estigmatizados e estereotipados pela cor da pele, pela hipersexualização ou pela criminalização imposta socialmente. Tais processos violentos produzem insegurança, medo e revolta nos modos de constituição de suas corporalidades e, por conseguinte, de suas subjetividades. Emergiram, também, diversos incômodos promovidos pela **pressão social para que os corpos se alinhem a uma perspectiva cisheteronormativa:**

“Sinto como se meu corpo não fosse meu. Sempre tem um comentário de que eu não devo rebolar tanto, posso até ser veado, mas sem precisar rebolar muito” **(Biu, 17 anos)**

“Outro dia, uma colega falou que eu parecia um homem porque eu andava muito dura” **(Lua, 16 anos)**

“Não canso de ouvir que homem não desmunheca, homem não deve chorar, homem não demonstrar fraqueza” **(Michel, 18 anos)**

“A maioria das meninas aqui da escola adoram seguir *influencers* de maquiagem, adoram tutorial de maquiagem. Eu prefiro ver coisas sobre esporte, sobre animais. Aí, as próprias meninas dizem que nem pareço mulher” **(Leila, 18 anos);**

“Eu tava numa balada e fui ao banheiro feminino. Uma mulher fechou a porta na minha cara dizendo que eu não entraria porque eu não era ‘mulher’ e chegou a mostrar a genitália dizendo que eu não tinha b**ta, e aí eu não era mulher” **(Alana, 19 anos).**

Por fim, foi possível identificar **movimentos de resistências em suas corporalidades:**

“Muitas vezes, me sinto invisível porque sou bissexual. Sempre me dizem que sou ‘indecisa’, mas logo falo pra todo mundo ouvir que meu desejo é meu e pronto!”
(Pri, 17 anos)

“Quando eu cheguei aqui na escola, não deixavam meninas jogar futebol. Um dia, fiquei batendo uma bola com os meninos e o professor de Ed. Física me perguntou se eu não queria participar do time da escola. Aceitei e entrei no time misto, foi a minha maior felicidade” **(Bené, 16 anos)**

“Quando me descobri não-binária, comecei a falar com minhas amigas e com alguns professores. Assim, quando começaram a entender melhor, começaram a respeitar meu nome social” **(Yan, 18 anos)**

“Antes, não gostava muito do meu cabelo, do meu corpo, do meu nariz... Agora, uso black power e não tô nem aí... Me sinto empoderada, mais forte, com mais coragem...”
(Nélia, 18 anos)

“O slam e o funk ajudam muito na nossa autoestima. Me sinto incluída no slam e no funk. Ninguém discrimina ninguém. Na escola, já ouvi alguns comentários bem preconceituosos”. **(Diva, 20 anos)**

Nos encontros com os/os alunos/as, o espaço para a conversa foi um espaço potente, diante do fato de se sentirem muito à vontade para expressarem seus pensamentos e sentimentos. Nas avaliações feitas ao final de cada roda e oficina, sempre há a vontade de estender o tempo. Sentem-se que podem falar, que estão sendo ouvidas, ouvidos e ouvides. Isso representa que o ato de conversar pressupõe o espaço destinado à escuta, o respeito à fala do outro, à experiência do outro como princípios formativos e de contribuição de suas experiências para a formação da subjetividade de cada um. Nas oficinas, muitas das conversas apresentaram a intenção de tensionar os pilares do que cada um acredita para pensarmos juntas/juntos/juntes outras formas de ver conhecimentos sedimentados e originados em perspectivas diversas. Numa das conversas, por exemplo, surgiu o tema da masturbação. Um dos alunos disse que não era normal, pois a bíblia condenava. Imediatamente, uma aluna intercedeu e questionou: “*Mas, é bem engraçado, né? A bíblia condena mas as pessoas praticam mesmo assim! Igual a ideia de sexo só depois do casamento. As pessoas pregam uma coisa e fazem outra*” (Pâmela, 17 anos).

Isso desencadeou um debate interessante. Outra aluna falou da masturbação como relevante para o autoconhecimento de sua corporalidade, de seus desejos e daquilo que não gosta muito.

Assim, as conversas foram (entre) tecidas e abalando as bases que “sustentam o regime (cis)heterocentrado, colocando em debate alegrias, tristezas, sonhos etc., ou seja, suas próprias experiências” (Couto Junior et al., 2019, p. 1206) cotidianas na produção de suas subjetividades.

Privilegiamos, nas conversas, o questionamento dos regimes de verdade disseminados pelos discursos que buscam regular comportamentos relativos ao gênero e que tentam padronizar os corpos e comportamentos em visão única cisheteronormativa. A conversa prioriza o encontro e pressupõe que a pesquisa se faz *com* jovens e adolescentes da educação básica, superando o paradigma tradicional da hierarquia entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Entende-se que esta forma de produzir conhecimento, “ao ser cultivado pelas relações de amizade, de cumplicidade e da horizontalidade da palavra, é capaz de transformar pesquisador e sujeitos, porque cada palavra escrita torna-se um convite para que [...] novos sentidos sejam produzidos sobre as diversas experiências cotidianas” (Couto Junior; Ferreira, Oswald, 2017).

Esta relação de horizontalidade e de colaboração no fazer pesquisa com outras/outros indicam que o conhecimento se faz em cruzamentos entre os *pensaresfazeres* de alunos/alunas do ensino médio e que se encontram numa fase da vida que as perguntas são muitas, assim, interpelam e interpelam-se, indagam e indagam-se sobre quem são e o que desejam ser. Dessa forma, exercitamos nas oficinas a “pedagogia da pergunta” (Freire; Faundez, 1985) em que pesquisador e participantes são produtores de conhecimento.

As experiências cotidianas compartilhadas no grupo são foco de nossas reflexões e discussões. Neste contexto, as oficinas privilegiaram reflexões sobre a violência contra a mulher, a igualdade de gênero, a identidade de gênero, o machismo, a misoginia, o *bullying*, feminismo, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, LGBTIfobia. Estes temas foram constituindo a pauta de nossas conversas. Este movimento comunicacional dinâmico provocou uma construção de que todos são pesquisadores e, em suas experiências, produzem conhecimentos. Importante se faz nos aproximarmos do cotidiano escolar para perceber que os fios de questionamentos traçados e intrincados nele permitam “indicar os modos como são fabricados os conhecimentos, com os acontecimentos culturais neles incluídos, através dos diferentes e diversos usos que os praticantes dos cotidianos fazem dos produtos colocados para consumo” (Certeau, p. 94, 2008).

Buscou-se, assim, problematizar a forma como as temáticas sobre as relações de gênero e as sexualidades estão demarcadas nos *fazerespensares* (Ferraço, 2007) de jovens e adolescentes numa região periférica do Rio de Janeiro. Numa das atividades propostas em uma das oficinas, os/as participantes deveriam relacionar duas colunas. Numa primeira coluna, havia os conceitos como racismo, xenofobia, machismo, misoginia, sexismo, bifobia, homofobia, transfobia. Um jovem de aproximadamente 17 anos fez o seguinte comentário: “*desses aqui eu só sei o que é xenofobia*”. A partir daí, desencadeamos uma conversa bastante enriquecedora:

Pesquisador: Mas, você não acha que sabe mais?

Aluno: Acho que não sei... Por isso acho legal vocês estarem aqui! A gente precisa saber melhor destas coisas atuais.

Pesquisador: Mas, eu acho que você sabe mais. Veja, por exemplo, outros conceitos. Racismo. Você já ouviu falar?

Aluno: O senhor sabia que eu já sofri racismo??

Pesquisador: É mesmo? Me conta como foi.

Aluno: Eu estava voltando com uns amigos do funk, e fomos parados pela PM. Eles nos trataram como bandidos. Depois de um tempo, liberaram a gente, mas um deles falou bem assim: “*da próxima vez, neguinho não vai se safar, viu?*”

O fio da conversa foi se estendendo. Após o relato, perguntou-se se ele não sabia mais sobre os conceitos ali colocados. Respondeu que sabia, também, o que era racismo. Assim, seguiu-se e, ao fim, conseguiu fazer todas as correspondências. Nossas reflexões posteriores^{ix} à oficina nos levaram a identificar como estas temáticas são compreendidas e de que forma as ações pedagógicas, por meio da conversa, podem ser estratégias poderosas para desconstruir pensamentos e conhecimentos hegemônicos calcados na perspectiva cisheteronormativa, branca e heterossexual por meio de astúcias e estratégias desses sujeitos que reinventam e criam outros saberes cotidianamente (Certeau, 2008). Nas análises, não partimos do pressuposto de “acertos” e “erros” no exercício de associar conceitos, mas na perspectiva de entender o que pensavam sobre os conceitos.

Identificamos que muitos confundiam sexismo, machismo e misoginia. Ao aprofundarmos a reflexão, conseguimos entender que a “confusão” era normal, pois os conceitos estão imbrincados, interrelacionados. Dessa forma, apontamos para a Oficina seguinte uma atividade em que esses conceitos ficassem melhor exemplificados. Levamos trechos de desenhos animados e de filmes que retratassem os conceitos. Uma outra confusão que ficou latente foi entre etnocentrismo e xenofobia. Também identificamos que o “erro” associava-se à interconexão entre os conceitos. Como síntese, identificou-se que eles/elas têm uma noção bastante latente dos sentidos das violências a que estão submetidos/as cotidianamente.

É neste emaranhado teórico-metodológico que compreendemos essencial fazer a conversa acontecer, pois conversar com jovens *sujeitospraticantes* das escolas significa muito mais do que apenas selecionar um procedimento diferente de pesquisa. Significa entender que “as conversas expressam tentativas de aproximação e de mobilização das relações vividas por esses sujeitos nas escolas, na medida em que apostamos na atitude política de pensar com eles e não para ou sobre eles” (Alves; Ferraço, 2018, p. 52). As conversas não pressupõem um alinhamento de *pensaresfazeres*. Pelo contrário, envolve um conjunto de confrontos, explicitações, pensares, concordâncias, discordâncias. As conversas são acontecimentos que não preveem um fechamento concordante ou discordante. Como afirma Larrosa (2003, p. 212), “o valor de uma conversa não está no fato de que ao final se chegue ou não a um acordo... pelo contrário, uma conversa está cheia de diferenças e a arte da conversa consiste em sustentar a tensão entre as diferenças.” Isso implica que as conversas puxam dúvidas, perplexidades e inquietações. Segue Larossa (2003, p. 213), “por isso, em uma conversa, não existe uma única palavra... por isso uma conversa pode manter as dúvidas até o final, porém cada vez mais precisas, mais elaboradas, mais inteligentes”.

Por fim, compreendemos que é possível afirmar que estes jovens estão interessados em saber mais sobre as diversas formas de ser/viver suas sexualidades, suas identidades de gênero e suas identidades sexuais. Além disso, demonstram que querem ser ouvidas/os para que se fortaleçam e enfrentem as violências cotidianas *dentrofora* da escola.

Considerações em movimento...

A partir da redemocratização, a escola passou a receber em seu interior uma diversidade de pessoas que antes eram excluídas do processo de educação: negros, negres, negras, indígenas, comunidades ribeirinhas, filhos, filhas e filhas de trabalhadores do campo, de empregadas domésticas, de trabalhadores da indústria etc. Assim, segundo Esteban (2007), a escola pública vai se constituindo em sua ambivalência, já que ao mesmo tempo que abre-se para todos, ela exclui. Ela tem como finalidade traçar um perfil humano homogêneo e, portanto, todas as suas

ações concentram-se no trabalho de apagar a diferença. As práticas cotidianas da escola compõem-se por relações que se sustentam “no discurso da igualdade de procedimentos e na ocultação da desigualdade de direitos” (Esteban, 2007, p. 11).

Dessa forma, articula a ideia de igualdade com a ideia de homogeneidade e, assim, invisibiliza a tensão igualdade/ diferença que deveria ser própria da escola. É a partir desta reflexão que chegamos às pessoas que articulam identidades de gênero e sexuais dissidentes da norma. Ocupam o espaço escolar, não sem resistência e violência, pessoas travestis, transexuais, transgêneras, não-binárias, bissexuais, gays, lésbicas, queer. E, assim, a diferença/diferente se faz visível e vai se incorporando às relações pedagógicas e se tornando parte importante das decisões cotidianas escolares.

A pesquisa tem nos mostrado que as abordagens de gênero e sexualidade tem acontecido na escola por força dos sujeitos que a habitam e por resistência das corporalidades em dissidência. É fundamental ressaltar que a escola está aberta para estas questões da contemporaneidade. A iniciativa de nos convocar à parceria foi feita por uma Professora, duas Coordenadoras Pedagógicas e pela Diretora da Escola.

A efetiva participação dos 20 jovens indica que os cotidianos escolares possuem rotas de fuga e potências para desestabilizar os regimes de poder e as normalizações impostas sobre corpos e sujeitos. Nos cotidianos escolares, as brechas e fissuras de escape permitem transgredir o caráter estabilizador da ordem que se coloca nos currículos e nas práticas da escola e na sala de aula. Assim, os recortes das práticas aqui apresentadas dão sinais de que há possibilidades de, a partir do currículo *pensadopracicado* que materializa seus *pensaresfazeres*, promover transgressões e subversões às lógicas dominantes e hegemônicas que impõem discursos normalizadores, heteronormativos e homofóbicos.

E, inspirados nos movimentos e desejos dessa(e)s jovens é que encerramos este texto de que uma sociedade mais justa, mais respeitos das diferenças e sem violências é possível. É com este foco que jovens abalam as estruturas normal(t)izadoras da escola. Para tanto, faremos das experiências dissidentes de ser-viver nossa direção para ampliar cada vez mais nossas margens de liberdade, expondo os limites e contingências de normas que buscam precarizar corpos, gêneros e sexualidades que não se enquadram nos padrões culturalmente inventados pelo regime cisheteronormativo.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa nacional sobre bullying no ambiente educacional brasileiro (2024)**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2025.

AMARO, I. ; SILVA, L. T. DA ; MATOS, V. S. Conversas sobre feminilidades na pandemia: práticas pedagógicas antissexistas a partir da série -confissões de adolescente-. **Revista Docência e Cibercultura** , v. 6, p. 41-68, 2022.

AMARO, I. . Para discutir (ainda mais) gênero e sexualidade na escola: políticas e práticas de resistência. **Revista Periferia**, Duque de Caxias- RJ, v. 9, p. 05-15, 2017.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; QUINTELA, D. F. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 30, p. 1-32, 2024: e3013

BRASIL/CNCD. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual, Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BARROS, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 1. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Quem tem medo do gênero?** 1.ed., São Paulo: Boitempo, 2024.

CARRANO, P. DAYRELL, J. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. IN: DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. (orgs). **Juventude e ensino médio** : sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, F. da S. P. de; POCAHY, F.; SANTOS, E. Por uma formação não fascista: experimentações docentes na cibercultura. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 752-768, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zOuk9t>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano** - as artes de fazer. 15. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COUTO JUNIOR, D. R. ; BRITO, L. T. DE ; POCAHY, F.; AMARO, I. Jovens em estado de alerta no Facebook: diálogos tecidos em/na rede como estratégia de (re-)existência à regulação das vidas precarizadas. **Práxis Educativa (UEPG, online)**, v. 14, p. 1210-1229, 2019.

COUTO JUNIOR, D. R.; FERREIRA, H. M. C.; OSWALD, M. L. M. B. Compartilhando experiências sobre o “armário”: as conversas online como procedimento metodológico da pesquisa histórico-cultural na cibercultura. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v. 6,

n. 1, p. 23-34, out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zRX7KV>>. Acesso em: 26 out. 2017.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs** -capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ESTEBAN, M. T. Sujeitos singulares e tramas complexas: desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa. In: GARCIA, R. L. (org.). **Método. Métodos. Contramétodos**. São Paulo: Cortez, p. 125 - 143, 2003.

FERRAÇO, C. E.; ALVES, N. Conversas em redes e pesquisas com os cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. In: RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3. Ed., Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HEILBORN, M.; SORJ, B. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LAROSSA, J. A arte da conversa. In: SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP & A Editora, p. 211 - 216, 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. 1. ed. Trad. Mariana Echalar, São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C.S. (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013. Disponível em: < <https://bit.ly/2Axhld2> >. Acesso em: 20 abr. 2017.

TEIXEIRA, M. M.; COUTO JUNIOR, D. R. Fake news e pós-verdade na era da comunicação móvel e ubíqua: analisando as dinâmicas dos movimentos antigênero no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 205-219, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3cBy1DK>>. Acesso em: 3 fev. 2021.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

ⁱ Optamos pela sigla LGBTQIAPN+ em respeito à larga utilização que vem sendo feita pelos Movimentos Sociais. A sigla LGBT+ foi aprovada na última Conferência Nacional LGBT, em 2015, incluindo outras identidades e orientações que não estavam explicitamente representadas. Durante o Governo Bolsonaro, não houve convocação de novas conferências, o que, de alguma forma, impediu que nova sigla fosse reavaliada para atender demandas de outras identidades que gostariam de ser representadas no movimento. A sigla LGBTQIAPN+ vem sendo utilizada por diversos canais midiáticos, movimentos sociais, grupos e coletivos, bem como por representantes institucionais. Com a retomada das Conferências pelo atual governo, em 2025, haverá um espaço de participação para que a comunidade discuta a nova sigla, garantindo uma atualização que respeite e inclua identidades que emergiram nos últimos anos.

ⁱⁱ São grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado global e têm enorme influência na economia, na cultura e mesmo na política dos países. Apple, Meta, Amazon, Microsoft são algumas destas *Big Techs*.

ⁱⁱⁱ O movimento pelas “Diretas Já” foi uma importante mobilização popular ocorrida no Brasil entre 1983 e 1984, que exigia eleições diretas para presidente da República após duas décadas de ditadura militar. Milhões de brasileiros participaram de comícios e manifestações em diversas cidades, defendendo o direito ao voto e à retomada da democracia. Apesar de o Congresso Nacional não aprovar a emenda que permitia eleições diretas imediatamente, o movimento foi fundamental para o processo de redemocratização do país, culminando posteriormente no fim do regime militar e na realização de eleições livres.

^{iv} Utilizaremos esta conformação na escrita para respeitar, prioritariamente, o gênero feminino em detrimento do masculino, na perspectiva de subverter a lógica também patriarcal e machista que impera na gramática normativa da língua portuguesa. Buscamos respeitar as diversas identidades que superem o essencialismo binário. Ademais, buscamos construir uma linguagem mais inclusiva, principalmente, de pessoas com deficiência visual ou cegas, que ao utilizarem softwares de leitura digital, enfrentam problemas no entendimento do uso corrente do @ e do X nos textos que tratam de gênero. Este alerta nos foi feito por mestrand(a)o/s cega(o)s do xxx (informação a ser inserida na versão final)

^v Optamos, aqui, por não binarizar os gêneros na linguagem estabelecendo uma tentativa de ruptura no uso combinante de *masculinofemininoneutro* como categorias relacionais, interdependentes e indissociáveis, inspiramo-nos no modo como justificam Nilda Alves e Inês Barbosa Oliveira (2002) no uso de termos que, historicamente foram separados e postos como “oposições” em formato aglutinado (*saberesfazeres, currículospraticados*, etc)

^{vi} Desde 1990, há uma ideia originada no Vaticano e com ampla circulação pelo mundo de que o gênero é uma “ideologia” que se constitui como grande ameaça à família e à autoridade bíblica.

^{vii} A Aliança Nacional LGBTI+, em parceria com o Instituto Unibanco e com o apoio técnico da Plano CDE, realizou, ao longo de 2024, a Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro, com o objetivo de compreender as experiências de estudantes – em especial adolescentes e jovens LGBTI+ – nas instituições de ensino.

^{viii} Projeto de Pesquisa, contemplado no Edital nº 13/2023 - AUXÍLIO BÁSICO À PESQUISA (APQ1) – 2023, intitulado “Gênero, Sexualidades e Cotidianos Escolares: atravessamentos entre as políticas públicas, a produção acadêmica em educação e as práticas pedagógicas”.

^{ix} As oficinas foram desenvolvidas com a participação de quatro bolsistas de Graduação em Pedagogia. Informações detalhadas serão adicionadas na versão final.